

Planta de Salvaguarda Patrimonial de Marco de Canaveses

**MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESSES
NOVA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**



Francisco Rui de Carvalho Fernandes

Luís Sousa

Freixo, Janeiro de 2015

Promotor: Câmara Municipal de Marco de Canaveses

1 – INTRODUÇÃO

O trabalho agora apresentado foi realizado no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Marco de Canaveses.

O mesmo procura documentar os resultados científicos do projeto de prospecção arqueológica para produção da Planta de Salvaguarda Patrimonial de Marco de Canaveses., com o propósito de concretizar um estudo clarificador da realidade patrimonial deste concelho, através da deteção, inventariação, caracterização e posterior georeferenciação dos elementos identificados, de forma a definir com rigor, o potencial patrimonial concelhio, de maneira a que se pudesse efetuar o estabelecimento de áreas de zoneamento patrimonial, sobretudo ao nível arqueológico, bem como definição de estratégias relativas ao ordenamento do território concelhio.

A prospecção arqueológica foi realizada ao abrigo da Lei 107/2001, de 8 de setembro (Lei do Património Cultural), do Decreto-Lei n.º270/99 de 15 de julho (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos), com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º287/2000, de 10 de novembro, no seguimento do pedido de trabalhos arqueológicos endereçados pelos arqueólogos Luís Sousa e Francisco Fernandes à Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) e Instituto de Gestão do Património Cultural (IGESPAR).

Os trabalhos de prospecção intensiva iniciaram-se em junho de 2012 e terminaram em outubro de 2012, tendo sido depois realizadas saídas pontuais de forma a clarificar algumas situações que foram surgindo aquando da análise dos elementos recolhidos.

Após essa recolha de dados através da prospecção arqueológica, iniciou-se o processamento, análise e produção das fichas de sítio e cartográficas que acompanham, em anexo, este trabalho, todas elas da responsabilidade dos subscritores deste trabalho.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DO TRABALHO

As primeiras referências documentais que atestam a presença de vestígios arqueológicos e outros valores patrimoniais no concelho de Marco de Canaveses remontam ao século XVIII. Em 1726 Francisco de Sousa Craeesbeck relata o surgimento de vestígios arqueológicos na aldeia do Freixo. Nas Memórias Paroquiais de 1758, o pároco Manuel Luiz Ribeiro de Aguiar faz referências a alicerces de muros que foram a muralha que circundava o lugar.

Contudo, só com a génese da arqueologia portuguesa no século XIX pela mão de Leite de Vasconcelos é que se vão começar a multiplicar as notícias de achados arqueológicos pontuais, como aras votivas, púcaros e outros achados, levando a que as maiores personalidades arqueológicas daquele época se interessassem por esta região, sobretudo pelo Freixo, nomes como Leite de Vasconcelos, Francisco Martins Sarmiento, Emílio Hübner, Martins Capela e já no século XX Manuel de Vasconcelos e M. Vieira de Aguiar.

Esta importância que determinados locais possuíam em termos patrimoniais é mesmo reconhecida logo na primeira lista de bens classificados realizada em Portugal, entre os quais figurava o Castro de Arados, o Memorial de Alpendorada e o Pelourinho do Marco.

Durante o século XX esta lista de bens classificados foi aumentando, incluindo igrejas, mosteiros, pontes e pelourinhos, quase todos de origem medieval, confirmando a forte ocupação humana deste território.

Contudo, até aos finais da década de 70 e início da década de 80 do século XX, praticamente não se realizou investigação sistemática no campo da arqueologia no concelho, um território marcado pela presença das bacias hidrográficas do Douro e do Tâmega e do contraforte granítico denominado de Serra da Aboboreira.

É aliás nesta última que em 1978 se vai iniciar um projeto singular, o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, um projeto de investigação multidisciplinar que pretende compreender a ocupação humana daquele território, repartido pelos concelhos de Baião, Amarante e Marco de Canaveses.

Em 1980, Lino Tavares Dias vai iniciar outro projeto ímpar, com as escavações arqueológicas na aldeia do Freixo, que irão exumar a cidade romana de Tongobriga.

Apesar da importância destes dois locais, nunca o Marco de Canaveses teve um trabalho sistemático que procurasse sintetizar e inventariar os locais com interesse patrimonial e arqueológico no concelho, limitando-se as áreas protegidas aos sítios classificados e respetivas zonas de proteção.

Os próprios trabalhos arqueológicos limitaram-se às escavações regulares na Área Arqueológica do Freixo, entretanto classificada como Monumento Nacional ou outros trabalhos de minimização realizados aquando das requalificações dos imóveis classificados.

Nesse sentido, o município procurou realizar uma Carta Patrimonial em 2004 em parceria com a Área Arqueológica do Freixo, tendo o arqueólogo António Lima sido o responsável pela elaboração do primeiro inventário e fichas de sítio dos locais com interesse patrimonial no concelho de Marco de Canaveses.

Foi com base neste trabalho de António Lima que se iniciaram os trabalhos de prospecção arqueológica com vista à revisão da Carta Patrimonial de Marco de Canaveses, projeto inserido no âmbito da revisão da Plano Diretor Municipal em curso.

Este projeto tem no essencial dois objetivos:

- Inventariar e cartografar os sítios com interesse patrimonial existentes no concelho de marco de canaveses, de molde a proporcionar aos serviços técnicos da autarquia, designadamente no âmbito da Planta de Condicionantes do novo PDM, um instrumento acrescido de gestão e ordenamento do território;

- Estabelecer as bases científicas que proporcionem ma aproximação À cadência e aos “modelos” ocupacionais empregues pelas populações humanas no território que hoje é o concelho de Marco de Canaveses.

Os trabalhos prospecção decorreram na área do concelho de Marco de Canaveses e foram levadas a cabo em permanência e/ou alternadamente pelos arqueólogos Luís Sousa e Francisco Fernandes, auxiliados pelos assistentes de arqueólogo Luís Silva e Luís Ribeiro.

Os trabalhos procuraram identificar e inventariar todas as ocorrências materiais indiciadoras da atividade humana, desde a Pré-história até à época Contemporânea, no caso de sítios com potencial arqueológico, ou bens edificados com relevância e importância arquitectónica e estética, indicadores de uma corrente arquitectónica ou estilística, nacional ou regional, de um determinado período histórico.

Os elementos patrimoniais observados no decurso dos trabalhos de campo tiveram como ponto de partida o inventário realizado por António Lima em 2004, os sítios arqueológicos constantes da base de dados Endovélico e do património classificado ou em vias de classificação do concelho de Marco de Canaveses sob a tutela do Instituto de Gestão do Património Cultural, bem como do inventário do património arquitectónico do concelho de Marco de Canaveses da responsabilidade da ex Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Num primeiro momento, procedeu-se à localização e/ou realocação, quer dos sítios arqueológicos, quer do património edificado, referenciado nas diversas bases de dados acima mencionadas. Esta atuação revelou, desde logo, a necessidade de uma aturada pesquisa prévia, de forma a colmatar as dificuldades colocadas, não apenas pela reduzida visibilidades no terreno de um número considerável dos vestígios em questão, mas também, e em particular, pela intensa transformação da paisagem ao longo da última década, sobretudo por ação antrópica.

De forma a colmatar então essas carências, foi delineada a seguinte base de trabalho:

1. Pesquisa bibliográfica

Foi efetuada uma aturada pesquisa bibliográfica, coligindo um importante acervo informativo sobre vestígios e sítios com interesse patrimonial no concelho de Marco de Canaveses;

2. Análise da Toponímia

Procedeu-se ao levantamento toponímico a partir da Cartografia 1/25.000 Carta Militar Portuguesa (Folhas n.º 112, 113, 124, 125, 135 e 136);

3. Análise da cartografia

Procedeu-se à análise da cartografia disponível, com vista à determinação das características orográficas, hidrográficas e altimétricas da região, de forma a estabelecer-se área prioritárias de prospecção (Cartas Militares escala 1:25.000 e Carta Geológica de Portugal escala 1:50.000);

4. Recolha de informações orais

Procedeu-se à recolha junto da população mais idosa de todas as histórias, lendas, tradições e achados que pudessem, de alguma forma, associar-se à existência de eventuais vestígios arqueológicos;

5. Prospecção no terreno/Trabalho de campo

O trabalho de campo foi desenvolvido partindo sempre de um sítio provável detetado previamente, quer através de pesquisa bibliográfica/documental, análise toponímica, análise da cartografia ou através de informação oral, quer através de observações diretamente obtidas no terreno. A prospecção foi realizada a pé, individualmente ou em grupo, sempre que tal se revelou possível ou justificado, partindo de percursos e traçados antecipadamente definidos sobre a cartografia existente.

Após o trabalho de campo, os dados recolhidos foram alvo de tratamento padronizado estabelecido de acordo com os itens a seguir enunciados:

i. Registo de coordenadas com recurso a aparelho de Global Position System (GPS) com base no Datum WGS 84. De forma a minimizar as margens de erro, todas as coordenadas foram alvo de confirmação manual;

ii. Localização e/ou realocização na cartografia dos sítios identificados através da georeferenciação dos dados segundo o Sistema de Informação Geográfica (SIG) e tendo por base as seguintes nomenclaturas de coordenadas. Datum Internacional de Lisboa (Datum 071), Datum WGS 84, Gauss e UTM. A cartografia utilizada, devidamente georreferenciada, teve por base plantas disponibilizadas pelos serviços cartográficos da autarquia de Marco de Canaveses.

iii. Registo dos locais com recurso a fotografia digital. Quando necessário fez-se uso do desenho arqueológico. O registo fotográfico apenas se realizou em locais onde era perceptível a observação do mesmo, tendo-se preterido do registo fotográfico os locais ocultos pela vegetação, sendo esses apenas alvo de registo cartográfico.

iv. Registo informatizado dos dados recolhidos em ficheiros de base de dados, desenvolvidos e organizados pelos subscritores do trabalho. A base de dados (texto, fotografia, desenhos e cartografia) foi posteriormente condensada em quatro tipos de Fichas: Ficha de Sítio, Ficha Cartográfica, Ficha Fotográfica e Ficha de Desenho.

O inventário dos locais com interesse patrimonial foram ordenados por freguesia.

A cada sítio foi atribuído um código alfanumérico correspondente ao acrónimo da freguesia, com letras que abreviam o nome da freguesia e um número de inventário. A título de exemplo, para o sítio com o número de Inventário 1 da freguesia do Freixo, resulta o acrónimo **FRE_1**.

No decorrer do trabalho decorreu a reorganização administrativa com agregação de várias freguesias, tendo sido necessário proceder à reformulação de todas as fichas. Contudo, manteve-se o acrónimo de todas as antigas freguesias, pois estas não foram extintas mas apenas agregadas, preservando-se assim o topónimo.

Esta ordenação prende-se com a extensão e número total de freguesias e com a necessidade de operacionalidade da base de dados possibilitando também o registo de novos locais sempre que for necessário.

Para a composição do Inventário foram utilizadas Fichas de Sítio, cujos descritores podem ser compartimentados nas seguintes valências:

- a) Identificação
- b) Localização
- c) Descrição
- d) Bibliografia
- e) Classificação
- f) Acessos
- g) Espólio

Para a identificação dos sítios estudados foram considerados os códigos alfanuméricos e a respetiva designação pela qual o local passará a ser referido.

Relativamente à Localização, foram considerados diversos itens. Além dos aspetos de ordem administrativa (Distrito, Concelho e Freguesia) foi incluída a designação do Lugar, isto é, o topónimo mais próximo associado ao local. A atribuição dos topónimos, quando não por via oral, resultou da consulta da respetiva Carta Militar de Portugal. Ainda no que diz respeito à Localização, foram incluídas as coordenadas geográficas, bem como a altitude e o número da respetiva CMP associada ao local.

No que diz respeito à Descrição, foram considerados os seguintes itens: Tipo de Sítio, Período Cronológico e Descrição do Sítio, utilizando a nomenclatura apresentada na lista Thesaurus do Instituto de Gestão do Património Cultural.

Quanto à descrição do Sítio, recorreu-se a uma análise sucinta de cada um dos sítios inventariados, com considerações tidas como mais relevantes para a sua interpretação. A balização cronológica surge no Período Cronológico, tendo também por base a nomenclatura definida pela lista do Theasaurus, tendo todos os sítios catalogados sido distribuídos por seis grandes fases cronológico culturais, Pré-História, Proto-História, Época Romana, Idade Média, Idade Moderna e época Contemporânea, realizando sempre que possível, aproximações cronológicas através da distribuição dos sítios por sub-períodos históricos, como por exemplo, Alta Idade Média, Bronze Final, etc. Foi também utilizada a designação Indeterminado quando foi impossível atribuir uma cronologia segura ao sítio inventariado, quer pela insuficiência de vestígios, quer pela natureza incaracterística das estruturas detetadas.

Relativamente à Bibliografia, cada Ficha de Sítio possui inscrita os autores que publicaram obras diretamente ligadas ao sítio inventariado através da sua citação, surgindo no final do trabalho a referencia bibliográfica totalmente descrita. Quando o local não possuía bibliografia ou esta se verificou omissa, este item recebeu a designação Inédito.

Por Classificação entende-se um conjunto diverso de itens: Classificação (estatuto legal do sítio); Legislação (legislação específica que classifica o sítio); Proteção e Vigilância (condições de salvaguarda do sítio); Estado de Conservação; Uso do Solo e Ameaças, utilizando para cada um destes itens a nomenclatura estabelecida pela lista Theasaurus.

Relativamente aos Acessos, procedeu-se à descrição tão pormenorizada quanto possível das acessibilidades aos sítios, realçando vias, cursos de água, topónimos ou relevos que permitam o acesso ao local descrito.

Por último, no campo do Espólio, procedeu-se a uma descrição sumária dos vestígios que foram identificados nas saídas de campo, ou então dos que são conhecidos e se encontram em depósito em museus ou estações arqueológicas.

Como complemento aos registos inscritos para o Inventário (Fichas de Sítio), foi elaborada para cada sítio uma Ficha Cartográfica onde, para além do número de inventário e designação do sítio, se fez inserir um excerto da Planta de Salvaguarda Patrimonial com localização precisa do sítio, onde se encontram definidas as zonas de proteção do mesmo. O mesmo procedimento foi adoptado para as imagens do Inventário. Tanto os registos fotográficos como os gráficos foram criadas fichas respetivas (Ficha Fotográfica e Ficha de Desenho), onde se incluiu a designação do sítio com respetivo código, para além de uma legenda explicativa.

O registo fotográfico é da autoria dos autores e dos assistentes de arqueólogo Luís Silva e Luís Ribeiro, sendo as exceções devidamente assinaladas na legenda das mesmas, bem como os desenhos apresentados.

A Cartografia apresentada são assim excertos da Planta de Salvaguarda Patrimonial, trabalhada em AutoCad da Autodesk, onde se encontram definidas e assinaladas áreas distintas, todas elas acompanhadas do respetivo acrónimo e número de inventário.

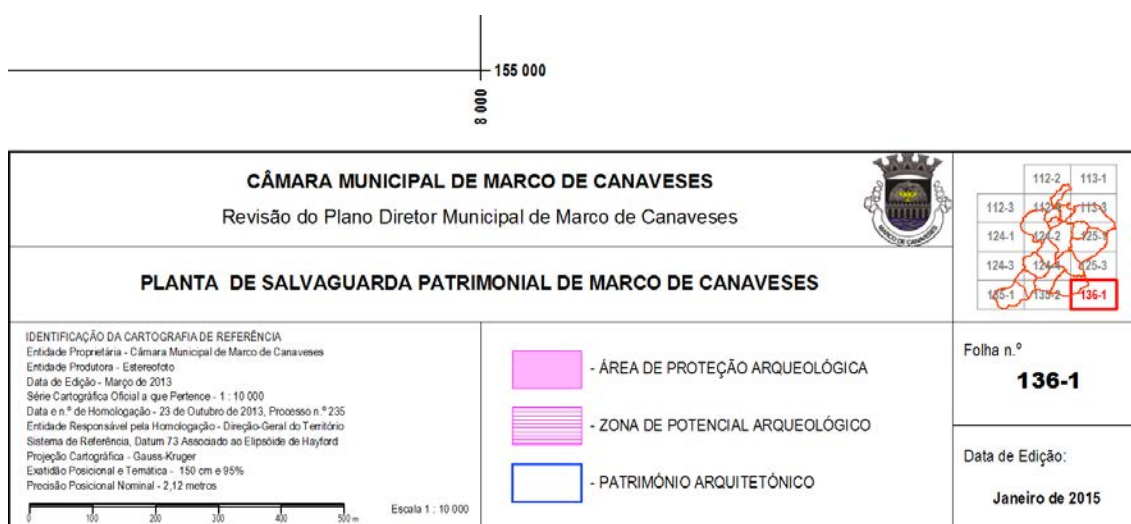
Quando o local é um sítio arqueológico sem estruturas arquitectónicas a ele diretamente associadas, é assinalada a coordenada média de localização do sítio com um ponto a negro, envolto por uma área com transparência rosa que define a Zona de Extensão dos vestígios arqueológicos, podendo o sítio possuir uma Zona de Proteção Arqueológica adicional, assinalada por uma trama horizontal a rosa. Para cada uma destas áreas o Regulamento do PDM possui depois definidas as medidas condicionantes respetivas.

Quando o local é um imóvel com potencial arqueológico, o imóvel encontra-se delimitado a azul, podendo depois possuir as mesmas zonas anteriormente descritas, aplicando-se as mesmas condicionantes definidas no Regulamento.

Por fim, quando o sítio patrimonial apenas tem interesse arquitectónico, a área edificada mais relevante é assinalada apenas com os limites a azul, sendo também as suas condicionantes definidas no ponto específico do Regulamento relativo ao património arquitectónico.

Relativamente aos Sítios inventariados que possuem classificação legal, as zonas de proteção definidas na Planta de Salvaguarda Patrimonial respeitam aquelas definidas pela documentação legal que classifica o sítio, espelhadas na Planta de Condicionantes.

Quanto à caracterização da área em estudo, contextualização histórico-arqueológica e resultados dos trabalhos, os mesmos serão apresentados no Relatório Final a submeter à tutela.



Legenda da Planta de Salvaguarda Patrimonial

Freguesia Atual	Freguesia anterior	Acrónimo
1. Alpendorada, Várzea e Torrão	Alpendorada e Matos	AMA
	Várzea do Douro	VDO
	Torrão	TOR
2. Avessadas e Rosém	Avessadas	AVE
	Rosém	ROS
3. Banho e Carvalhosa	Banho e Carvalhosa	BCA
4. Bem Viver	Ariz	ARI
	Favões	FAV
	Magrelos	MAG
5. Constance	Constance	CON
6. Marco	Fornos	FOR
	Freixo	FRE
	Rio de Galinhas	RGA
	São Nicolau	SNI
	Tuías	TUI
7. Paredes de Viadores e Manhuncelos	Paredes de Viadores	PVI
	Manhuncelos	MAN
8. Penha Longa e Paços de Gaiolo	Penha Longa	PLO
	Paços de Gaiolo	PGA
9. Sande e São Lourenço do Douro	Sande	SAN
	São Lourenço do Douro	SLD
10. Santo Isidoro e Livração	Santo Isidoro	SIS
	Toutosa	TOU
11. Soalhães	Soalhães	SOA
12. Sobretâmega	Sobretâmega	SOB
13. Tabuado	Tabuado	TAB
14. Várzea, Aliviada e Folhada	Várzea de Ovelha e Aliviada	VOA
	Folhada	FOL
15. Vila Boa de Quires e Maureles	Vila Boa de Quires	VBQ
	Maureles	MAU
16. Vila Boa do Bispo	Vila Boa do Bispo	VBB

Tabela com acrónimos das freguesias